

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA
DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcelino José Candido Sant'anna
Simone Veronica Alves da Silva Anestassi
Vera Lucia Oscar Alves da Silva

A LENTA ASCENSÃO SOCIAL E POLÍTICA DA MULHER NEGRA NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do certificado de conclusão do Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas.

Monitor: Otávio D. Souza Ferreira

São Paulo
Março/2015

SUMÁRIO

1. PARTE 1	
Identificação da situação-problema e introdução do grupo	1/1
Fluxograma explicativo da situação problema	2/1
2. PARTE 2	
Comentários analítico-conceituais sobre nós explicativos.....	1/2
Comentários analítico-conceituais sobre nós estratégicos	2/2
3. PARTE 3	
Árvore do Problema e NE1	1/3
Árvore do Problema – NE2 e NE3	2/3
4. PARTE 4	
Plano de Ação NE1	1/4
Plano de Ação NE2	2/4
Plano de Ação NE3	3/4
5. PARTE 5	
Análise dos Atores – Ação 1.1	1/5
Análise dos Atores – Ação 1.2	2/5
Análise dos Atores – Ação 2.1	3/5
Análise dos Atores – Ação 2.2	4/5
Análise dos Atores – Ação 3.1	5/5
Análise dos Atores – Ação 3.2	6/5
Análise dos Atores – texto de apoio	7/5
6. PARTE 6	
Análise de Riscos e Fragilidades NE1	1/6
Análise de Riscos e Fragilidades NE2	2/6
Análise de Riscos e Fragilidades NE3	3/6

7. PARTE 7	
Considerações Finais	1/7 e 2/7
8. PARTE 8	
Referências bibliográficas.....	1/8
Apêndices	1/8 à 7/8
Anexos	7/8

PARTE 1

Situação Problema:

“A Lenta Ascensão Social e Política da Mulher Negra no Brasil”.

Ator que declara a Situação Problema:

Declarante: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)

Nome do Grupo:

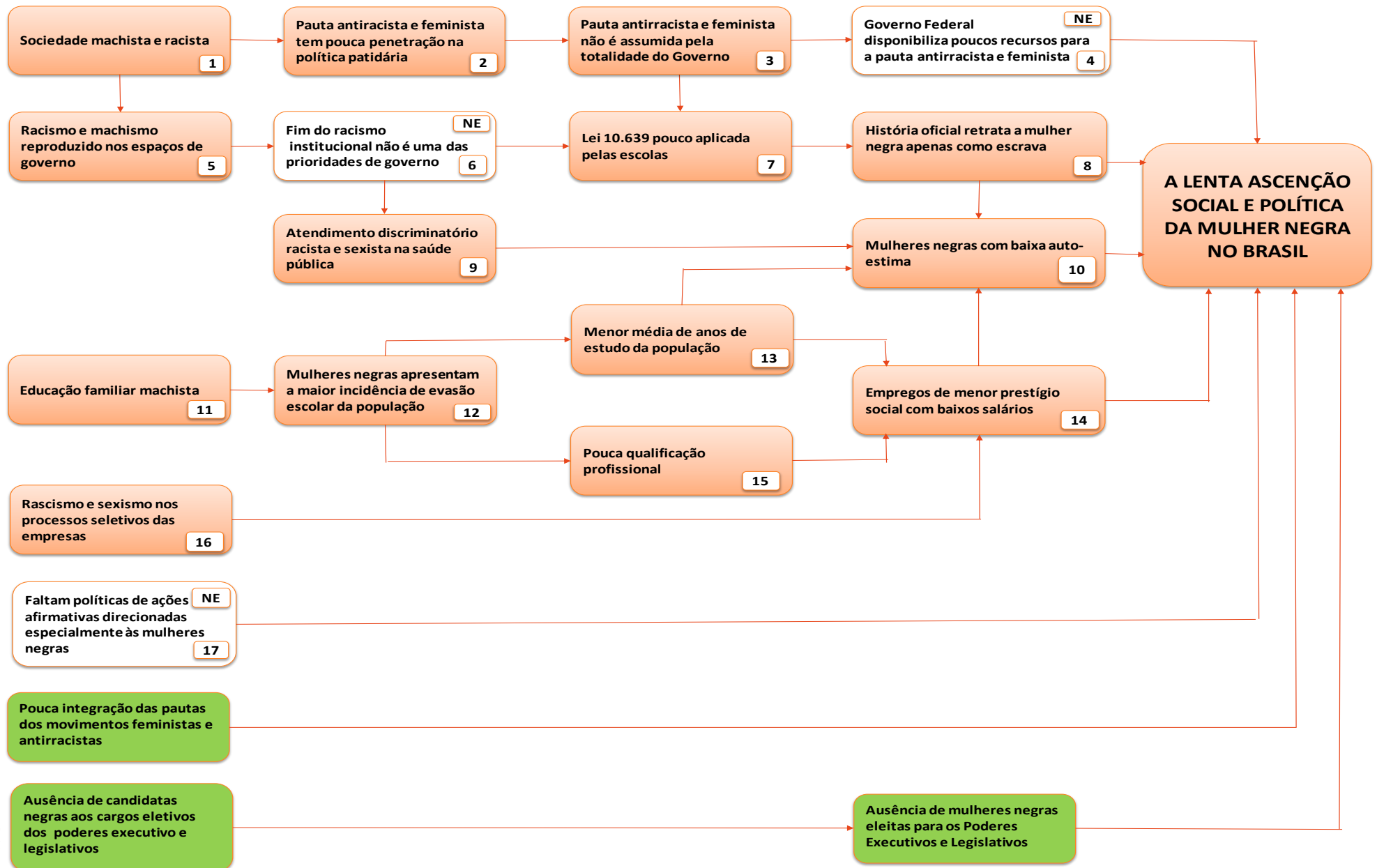
Força Negra

Componentes do Grupo:

1. Marcelino José Candido Sant'anna
2. Simone Veronica Alves da Silva Anestassi
3. Vera Lucia Oscar Alves da Silva



FLUXOGRAMA EXPLICATIVO



PARTE 2

Comentários Analítico-conceituais sobre Nós Explicativos

A situação-problema declarada refere-se à evidenciada “Lenta ascensão social e política da mulher negra no Brasil”. Analisando as relações causais que levaram à essa declaração, relatam-se os fatos a seguir, destacando-se no texto os nós explicativos e estratégicos da situação declarada.

A família negra, em geral, vive distante dos centros urbanos e em condições, habitacionais e financeiras precárias, o que faz com que seus filhos e filhas parem de estudar para trabalhar e ajudar no sustento da família. O machismo faz com que *sejam as mulheres as primeiras a deixarem a escola*, pois acredita-se que estas precisam menos de estudos. Por viverem longe dos centros urbanos, muitas vezes sem ter sequer o dinheiro para o transporte, as mulheres negras, quando adultas, têm seu acesso aos equipamentos públicos de saúde seriamente comprometido. Quando conseguem transpor estas dificuldades enfrentam *o racismo institucional*, praticado pelos funcionários que as atendem. Isso resulta nos dados apontados por estudos que constataram que as mulheres negras sofrem mais violência no parto do que as mulheres brancas. Outra forma de *racismo institucional*, é o não cumprimento da Lei 10639 que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas do País. Com a aplicação desta Lei, a mulher negra passa a conhecer a história de seu povo, e a saber da sua contribuição na construção do Brasil, ao invés de ter somente a versão da história oficial, que a retrata apenas como escrava vinda da África. O mau atendimento nos equipamentos públicos, num momento tão importante na vida da mulher e a invisibilidade a que é historicamente submetida, são alguns dos fatores que *comprometem sua autoestima* e sua saúde.

O fato de possuírem poucos anos de estudos leva as *mulheres negras a serem maioria dentre as pessoas de empregos com menor prestígio social e menores salários*. E esse é também um dos motivos que fazem com que as mulheres negras tenham média salarial mais baixa do que homens e mulheres brancas e homens negros. E independente do seu grau de instrução, as mulheres negras sofrem o racismo e o sexismo praticado nos processos seletivos das empresas, que através da expressão “ter boa aparência”, querem dizer não ser negra.

As pessoas reproduzem no governo o machismo e o racismo que trazem, com elas, da sociedade em que vivem, e isso faz com que *o fim do racismo institucional não seja uma das prioridades de governo*, e que Este destine *poucos recursos para a luta antirracista*. E esse racismo reproduzido e perpetuado também faz com que *faltem políticas de ações afirmativas*

direcionadas especificamente às mulheres negras.

1/2

Comentários Analítico-conceituais sobre os Nós Estratégicos

Governo Federal disponibiliza poucos recursos para a pauta antirracista e feminista.

Políticas públicas não são feitas sem recursos, sabe-se disso. Neste sentido foi lançada, em 21/08/14 uma campanha pelo projeto de iniciativa popular para a criação do Fundo Nacional de Combate ao Racismo (FNCR). Esta campanha visa captar 1,4 milhão de assinaturas para apresentar ao Congresso Nacional um projeto legislativo para aprovar o Fundo. A estimativa é que esse instrumento venha a contar com um patrimônio financeiro de cerca de R\$ 3 bilhões até 2030. Mas até que isso aconteça, cabe ao Governo Federal aumentar os recursos destinados a esse fim, ao invés de diminuí-lo. A ação da Secretaria para desatar este nó resultaria no aumento de recursos para a luta antirracista.

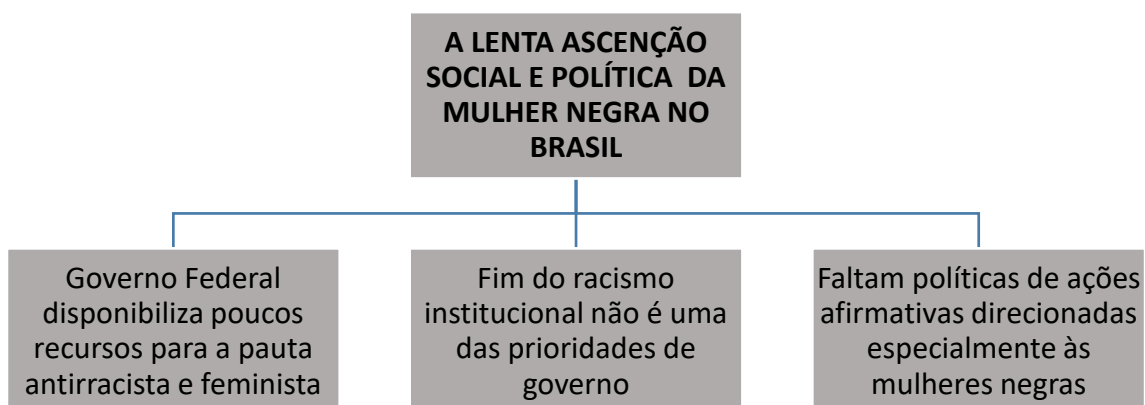
Fim do racismo institucional não é uma das prioridades do governo. A ação contundente da Secretaria para que outros Ministérios realizem ações no sentido de detectar e acabar com o racismo institucional em suas repartições, a exemplo do que fez o Ministério da Saúde, é fundamental. O fim do racismo institucional trará resultado positivo direto sobre a vida das mulheres negras.

Faltam políticas de ações afirmativas direcionadas especificamente às mulheres negras.

Como resultado da atuação da Secretaria seriam adotadas políticas de ações afirmativas direcionadas especificamente às mulheres negras, impactando positivamente sobre sua situação social e política e, com isso, sua ascensão será acelerada.

PARTE 3

ÁRVORE DO PROBLEMA



Nó Estratégico	Ação	Resultado das Ações
NE 01: GOVERNO FEDERAL DISPONIBILIZA POUCOS RECURSOS PARA A PAUTA ANTIRRACISTA E FEMINISTA	A.1.1 – Aumentar os recursos federais para a luta antirracista.	Tomando conhecimento da real situação da mulher negra no País, o Poder Público e as Instituições passam a destinar mais recursos para o combate ao racismo.
	A.1.2 – Fazer convênio com as outras instâncias de governo para que assim aumentem os recursos destinados à luta antirracista.	<p>Acatando a sugestão dos conselhos foram firmados convênios para a execução de projetos de combate ao racismo.</p> <p>Parlamentares propõem emendas destinado recursos para a luta antirracista.</p>

Nó Estratégico	Ação	Resultado das Ações
<p>NE 02:</p> <p>FIM DO RACISMO INSTITUCIONAL NÃO É UMA DAS PRIORIDADES DE GOVERNO.</p>	<p>A.2.1 – Promover ações visando o fim do racismo institucional.</p>	<p>Ministérios-chave em parceria com a SEPPIR, capacitam gestores para o atendimento não racista nos equipamentos públicos.</p>
	<p>A.2.2 – Lançar campanha nacional de conscientização com o objetivo de detectar e denunciar atos de racismo institucional.</p>	<p>Campanha institucional conscientizando e incentivando a denúncia de racismo institucional é veiculada em todo o país. Disk denúncia começa a funcionar conforme planejado.</p>
<p>NE 03</p> <p>FALTAM POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DIRECIONADAS ESPECIALMENTE ÀS MULHERES NEGRAS</p>	<p>A.3.1 – Programa de incentivo nas universidades públicas para a realização de pesquisa científica sobre o tema que embasarão com dados a urgente necessidade de ações reparadoras.</p>	<p>Universidade Federal de Brasília realiza ampla pesquisa nacional, cujos dados embasam políticas de ações afirmativas em diversas áreas.</p>
	<p>A.3.2 – Programa de incentivo à criação de cursos profissionalizantes e de cidadania dirigidos preferencialmente às mulheres negras.</p>	<p>Cursos profissionalizantes são criados, em parceria com Governos Municipais, em áreas distantes dos centros urbanos, onde a maioria da população é negra, e em alta vulnerabilidade social.</p>

PARTE 4

PLANO de AÇÃO

NE 01: GOVERNO FEDERAL DISPONIBILIZA POUCOS RECURSOS PARA A PAUTA ANTIRRACISTA E FEMINISTA.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.1.1 – Aumentar os recursos federais para a luta antirracista.	1.1.1 – Pressão junto ao executivo e a parlamentares para a ampliação de recursos para o combate ao racismo. 1.1.2 – Dar visibilidade à precária situação da mulher negra no País visando sensibilizar o Poder Público e as Instituições a destinarem mais recursos para combater o problema.	- Políticos e cognitivos. - Cognitivos e financeiros.	- Jan à Mai.2015 - Jan à Mai.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
A.1.2 – Fazer convênio com as outras instâncias de governo para que assim aumentem os recursos destinados à luta antirracista.	1.2.1 – Pressão junto aos conselhos estaduais e municipais para que proponham a realização de convênios que fortaleçam a luta antirracista. 1.2.2 – Articular com os parlamentares para que proponham emendas destinando recursos a projetos que atuem na luta antirracista.	- Cognitivos. - Cognitivos.	- Jan à Mai.2015 - Jan à Mai.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

NE 02: FIM DO RACISMO INSTITUCIONAL NÃO É UMA DAS PRIORIDADES DO GOVERNO.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.2.1 – Promover ações visando o fim do racismo institucional.	2.1.1 – Convencer os demais Ministérios a capacitarem seus gestores para o atendimento não racista.	- Cognitivos e Políticos.	Jan à Jun.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
	2.1.2 – Fazer a capacitação dos gestores dos demais ministérios para o atendimento não racista.	- Organizacionais e pessoal capacitado/tempo.	Jul à Dez.2015	
A.2.2 – Lançar campanha nacional de conscientização com o objetivo de detectar e denunciar atos de racismo institucional.	2.2.1 – Confeccionar materiais (vídeos e folders) divulgando o que é racismo institucional e incentivando para que seja feita a denúncia.	- Cognitivos, financeiros, organizacionais e pessoal capacitado.	Jan à Nov.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Ministérios da Saúde, Educação e Justiça.
	2.2.2 – Implantar o disk denúncia na Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	- Financeiro e pessoal capacitado.	Maio.2015	

NC 03: FALTAM POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DIRECIONADAS ESPECIALMENTE ÀS MULHERES NEGRAS.

Ação	Tarefas	Recursos Necessários	Prazos	Responsável
A.3.1 – Programa de incentivo nas Universidades Públicas para a realização de pesquisa científica sobre temas que embasarão com dados a urgente necessidade de ações reparadoras.	3.1.1 – Articular com as Universidades Públicas para a realização da pesquisa. 3.1.2 – Capacitar a equipe designada à realização da pesquisa quanto aos dados a serem coletados.	- Cognitivos. - Organizacionais, pessoal capacitado/tempo e financeiros.	Jan à Dez.2015 Jan à Dez.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.
A.3.2 – Programa de incentivo à criação de cursos profissionalizantes e de cidadania dirigidos preferencialmente às mulheres negras.	3.2.1 – Articular com as Secretarias Municipais de Educação para a realização dos cursos. 3.2.2 – Articular com o Conselho Municipal da Comunidade Negra para que capacite os professores quanto à questão racial.	- Cognitivos. - Cognitivos.	Jan à Dez.2015 Jan à Dez.2015	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

PARTE 5

ANÁLISE dos ATORES

Ação 1.1 - Aumentar os recursos federais para a luta antirracista.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Poder Executivo.	Orçamento público.	Depende da aprovação orçamentária do Poder Legislativo.	Incluindo na peça orçamentária os recursos solicitados.	Não priorizando a causa.	Articulando com a equipe que tem incumbência de planejar o orçamento.
A2 – Poder Legislativo.	Aprovação do orçamento e destina recursos através de emendas.	Depende da conscientização dos parlamentares a respeito do problema.	Aprovando o aumento de orçamento e destinando recursos através de emendas.	Votando contra a proposta de aumento de recursos para a luta antirracista.	Articular com os movimentos para que contatem os parlamentares visando a aprovação do orçamento.
A3 – Movimento de Mulheres Negras.	Influencia a opinião pública sobre a importância da causa.	Pouca visibilidade da causa.	Divulgando a votação do orçamento.	Não possuindo capacidade de articulação.	Instruir para que contatem os parlamentares visando a aprovação do orçamento.

Ação 1.2 - Fazer convênio com as outras instâncias de governo para que assim aumentem os recursos destinados à luta antirracista.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Conselhos estaduais e municipais.	Sugerem os projetos para que os convênios sejam feitos.	São apenas consultivos e não deliberativos.	Acionando seus componentes para que divulguem os projetos de convênio.	Sendo inoperantes.	Divulgando as possibilidades de convênio.
A2 – Governos Estaduais.	Aprova a formalização dos convênios.	Depende da aprovação dos recursos na Assembleia.	Destinando os recursos para estes convênios.	Sendo omissos à causa.	Articulação política.
A3 – Governos Municipais.	Aprova a formalização dos convênios.	Depende da aprovação dos recursos na Câmara.	Destinando os recursos para estes convênios.	Sendo omissos à causa.	Articulação política.

Ação 2.1 - Promover ações visando o fim do racismo institucional.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Ministérios da Educação e da Saúde e Secretaria de Segurança Pública.	Capacita para o atendimento não-racista.	Resistência à necessidade dessa formação.	Promovendo a conscientização do funcionalismo sobre a importância dessa formação.	Desconsiderando a existência do racismo institucional.	Fornecendo material que contenha dados comprovando a existência do problema.
A2 – Conselhos de Educação.	Desenvolvimento da capacitação para o atendimento não-racista.	Resistência à necessidade de desenvolvimento dessa capacitação.	Participando ativamente da execução dessa capacitação.	Sendo indiferente à questão.	Monitorando o trabalho dos conselhos em relação às ações propostas.
A3 – Conselhos de Saúde.	Desenvolvimento da capacitação para o atendimento não-racista.	Resistência à necessidade de desenvolvimento dessa capacitação.	Participando ativamente da execução dessa capacitação.	Sendo indiferente à questão.	Monitorando o trabalho dos conselhos em relação às ações propostas.

Ação 2.2 - Lançar campanha nacional de conscientização com o objetivo de detectar e denunciar atos de racismo institucional.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Ministérios da Educação e Saúde e Secretaria de Segurança Pública.	Capacita para o atendimento não-racista.	Resistência à necessidade dessa formação.	Promovendo a conscientização do funcionalismo sobre a importância dessa formação.	Desconsiderando a existência do racismo institucional.	Fornecendo material que contenha dados comprovando a existência do problema.
A2 – Ministério das Comunicações.	Recursos financeiros para a confecção das peças publicitárias.	Resistência à necessidade dessa ação.	Buscando parcerias e confeccionando as peças publicitárias.	Desconsiderando a existência do racismo institucional.	Articulação política.
A3 – Meios de Comunicação.	Veículos de comunicação.	Insensibilidade à causa racial.	Veiculando as peças publicitárias.	Recusando a veiculação e se posicionando contrários a causa.	Articulação política.

Ação 3.1 - Programa de incentivo nas universidades públicas para a realização de pesquisa científica sobre o tema que embasarão com dados a urgente necessidade de ações reparadoras.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Governo Federal.	Destina recursos financeiros para a realização da pesquisa.	Pouco sensível à causa racial.	Aumentando os recursos destinados à causa antirracista.	Cedendo a interesses político-partidários.	Articulação política.
A2 – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	Articula politicamente com o Governo e com a Universidade para a realização da pesquisa.	Escassez de recursos.	Usando dados para convencer os demais atores da necessidade de assumir essa causa.	Não possuindo o poder de articulação política que a causa requer.	Articulação com os movimentos sociais para o próprio fortalecimento político.
A3 – Universidade Federal de Brasília.	Fornecer recursos técnicos e humanos para a realização da pesquisa.	Pouco sensível à causa racial.	Alocando os recursos técnicos e humanos necessários.	Não cumprindo seu papel de centro de formação e pesquisa.	Articulação política.

Ação 3.2 – Programa de incentivo à criação de cursos profissionalizantes e de cidadania dirigidos preferencialmente às mulheres negras.

Ator	Recursos que controla	Limitações / Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
A1 – Secretarias Municipais de Educação.	Recursos técnicos e humanos para a realização dos cursos.	Falta de compromisso com a causa.	Assumindo a importância do combate ao racismo através da educação.	Não reconhecendo a importância da educação no combate à discriminação racial.	Mantendo parceria constante na realização do programa.
A2 – Ministério da Educação.	Recursos financeiros para a realização dos cursos.	Resistência em assumir essa causa.	Destinando os recursos necessários para a realização da ação.	Sendo indiferente à questão.	Articulação política.
A3 – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.	Influencia politicamente a equipe de governo sobre a necessidade de políticas de ações afirmativas destinadas às	Falta de recursos financeiros e humanos.	Articulando politicamente com os demais atores.	Não possuindo o poder de articulação política que a causa requer.	Articulação com os movimentos sociais para o próprio fortalecimento político.

	mulheres negras.				
--	------------------	--	--	--	--

6/5

Obstáculos à garantia de direitos sociais em nosso país que limitam a atuação do Estado e da Gestão Pública, relacionados à “A Lenta Ascensão Social e Política da Mulher Negra no Brasil”.

O Brasil ainda não conseguiu alcançar, verdadeiramente a democracia. Segundo o autor Celso Antônio Bandeira de Mello, somente com o povo sendo soberano é que existe democracia de verdade. Mas, de acordo com ele, não basta reconhecer formalmente essa soberania, é imprescindível, que se dê condições para que o povo a exerça. *“Que disponham das condições indispensáveis para poder fazê-lo valer de fato. Dentre as condições estão não apenas (a) desfrutar de padrão econômico-social acima da mera subsistência (sem o que seria vã qualquer expectativa de que suas preocupações transcendam as da mera rotina da sobrevivência imediata), mas também, as de efetivo acesso; (b) à educação e cultura (para alcançarem ao menos o nível de discernimento político traduzido em consciência real de cidadania) e (c) à informação mediante o pluralismo de fontes diversificadas (para não serem facilmente manipuladas pelos detentores dos veículos de comunicação de massa)”*.

Baseados no trecho do livro de Sérgio Sérulo da Cunha, entendemos que o Brasil vive, hoje, uma espécie de oligarquia. O autor afirma: *“Espécie de oligarquia também é a democracia aparente, em que o sistema eleitoral, a opinião pública, ou ambos, são manipulados pelo poder hegemônico”*.

É esse poder hegemônico representado pelo Capital, que valendo-se, dentre outras coisas, do machismo e do racismo, determina aqueles ocuparão ou não espaços de poder e decisão, que no caso do Brasil, estão nas mãos dos homens brancos. Por isso, segmentos como o das mulheres negras, embora representem um quarto da população, não estão representados nesses espaços. E não estão representados, também, em qualquer outro espaço, que embora “menores”, as ações afetam direta ou indiretamente milhões de pessoas. Como exemplo podemos citar, uma Secretaria de Saúde de um determinado município do País, onde o secretário ou secretária determinasse a capacitação dos funcionários para que o quesito cor fosse realmente aplicado nos formulários de todos os atendimentos. Seriam obtidos dados importantes para toda a população, mas principalmente, detectaria a existência do racismo institucional, que faz com que mulheres negras sejam a maioria das vítimas da mortalidade materna, conforme conclusão de estudos feitos por Institutos e ONGs, mas não levados em consideração pelos governos.

Podemos usar, também, como exemplos, Secretarias Estaduais e Ministérios, onde os direitos constitucionais de segmentos que representam milhões de brasileiras(os), poderiam ser reconhecidos e garantidos, não fosse a falsa representatividade existente no sistema político brasileiro.

Entendemos que uma Reforma Política feita por uma Constituinte especialmente eleita para tal, ajudaria a resolver problemas de representatividade nos cargos eletivos, o que influenciaria nas indicações de assessorias e num efeito dominó resultaria nas definições das agendas das políticas públicas. No entanto isso só se dará a longo prazo e, enquanto isso, precisamos a curto e médio prazos, criar mecanismos que tirem as mulheres negras da precária situação em que se encontram.

PARTE 6

ANÁLISE de RISCOS e FRAGILIDADES

NE1	Ação
GOVERNO FEDERAL DISPONIBILIZA POUCOS RECURSOS PARA A PAUTA ANTIRRACISTA E FEMINISTA.	A.1.1 – Aumentar os recursos federais para a luta antirracista.
	A.1.2 – Fazer convênio com as outras instâncias de governo para que assim aumentem os recursos destinados à luta antirracista.
Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Quando uma causa passa a ser uma das prioridades no plano de governo, significa que recursos serão alocados a essa causa em detrimento de outra, isso pode gerar efeitos indesejáveis aos que se considerarem prejudicados.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Não há aspectos técnicos, jurídicos ou políticos que possam resultar em efeitos negativos.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Conseguir que os convênios sejam firmados, como prevenção, o próprio Conselho deverá exercer a influência necessária para que a pressão política seja feita a partir dos demais conselhos e dos movimentos envolvidos na causa da mulher negra.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Montar planos táticos, operacionais e de monitoramento que garantam a implementação das ações.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Considerando que o objetivo das ações é a arrecadação de recursos, espera-se que se atinja o mínimo necessário.

NE2	Ação
FIM DO RACISMO INSTITUCIONAL NÃO É UMA DAS PRIORIDADES DO GOVERNO.	A.2.1 – Promover ações visando o fim do racismo institucional.
	A.2.2 – Lançar campanha nacional de conscientização com o objetivo de detectar e denunciar atos de racismo institucional.
Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Reconhecer que algumas instituições públicas praticam racismo institucional, será como “tirar a sujeira de baixo do tapete”, o mesmo efeito que acontece ao se investigar a corrupção.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Considerando que racismo é crime, o reconhecimento de racismo institucional será o reconhecimento de possíveis crimes causados por instituições governamentais.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	Fazer com que a existência do racismo institucional seja reconhecida pelas autoridades, que só poderá ser prevenido através do incentivo à denúncia dos casos.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Montar planos táticos, operacionais e de monitoramento que garantam a implementação das ações.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Considerando que se trata de uma pauta sem precedentes não há parâmetros para avaliar se os recursos propostos serão suficientes.

NE3	Ação
FALTAM POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DIRECIONADAS ESPECIALMENTE ÀS MULHERES NEGRAS.	A.3.1 – – Programa de incentivo nas universidades públicas para a realização de pesquisa científica sobre o tema que embasarão com dados a urgente necessidade de ações reparadoras.
	A.3.2 – Programa de incentivo à criação de cursos profissionalizantes e de cidadania dirigidos preferencialmente às mulheres negras.
Perguntas orientadoras:	Análise da equipe
1 – As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Não há efeitos indesejáveis no equacionamento deste nó estratégico.
2 – Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Não há aspectos técnicos, jurídicos ou políticos que possam resultar em efeitos negativos.
3 - Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O fato da sociedade ser racista e machista é uma questão cultural, que exige um trabalho de conscientização, que deve ser pauta de um governo que se diz democrático-popular.
4 – O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Montar planos táticos, operacionais e de monitoramento que garantam a implementação das ações.
5 – Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Considerando que se trata de uma pauta sem precedentes não há parâmetros para avaliar se os recursos propostos serão suficientes.

PARTE 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a história do povo negro e sua participação na construção do Brasil, foi apagada da História oficial, no caso da mulher negra foi muito pior. Seus sofrimentos durante a escravidão, sua participação na luta pela libertação de seu povo e sua contribuição na construção do Brasil foram omitidas pelos historiadores que escreveram a história do País. Por isso, merece destaque o trabalho de Schuma Schmaher e Érico Vital Brasil, no livro *Mulheres Negras do Brasil*. Segundo os autores: “a pesquisa significou, para nós, um profundo mergulho em contundentes silêncios da historiografia brasileira...Constatamos que a ausência de registros sobre a participação das afrodescendentes na formação e no desenvolvimento do Brasil é gritante.” (Schumaher; Brazil, 2007, p.7).

Ao mesmo tempo, numa sociedade machista como a nossa questiona-se: o que mais querem as mulheres? Trabalham fora, pilotam até avião, estão nas universidades, votam, são parlamentares...Tentando justificar seu ponto de vista, citam exceções como se fossem regras. Estamos falando das mulheres em geral, mas não citamos as desigualdades existentes entre as próprias mulheres. Porque à medida em que reivindicações vão sendo atendidas, vão se aprofundando e, ao mesmo tempo, percebendo a complexidade e as consequências de tantos anos de dupla discriminação a que as mulheres negras estão historicamente expostas. No entanto, as mulheres negras organizadas em diversos movimentos e ONGs vêm há muito, criticando os movimentos negro e feminista por entenderem que estes consideram suas causas como especificidades que devem ser tratadas em separado. Esta postura por parte dos movimentos, acaba excluindo as mulheres negras dos avanços conquistados, fazendo com que compoñham a base da pirâmide social brasileira.

Por isso, elaborar um projeto de propostas de políticas públicas, numa administração democrática e popular, com a técnica ensinada, já representa para nós um desafio, e esse desafio é potencializado com a escolha desse tema “A lenta ascensão social e política da mulher negra no Brasil”. Embora, em comparação com outros temas, os estudos sobre a situação da mulher negra no Brasil, sejam poucos e recentes, não se pode alegar a falta de dados que fundamentem a afirmação de que a ascensão da mulher negra, no Brasil, é lenta em

relação a ascensão da mulher branca. A garra e resistência das mulheres negras denunciando sua vida de cidadãs de

1/7

quarta classe (primeira classe - homens brancos, segunda - mulheres brancas, terceira – homens negros, quarta e última - mulheres negras), levou alguns membros de academia a voltarem suas atenções para o problema. Seus estudos têm constatado que a condenação de uma raça e um sexo transformaram a mulher negra em objeto de exploração, fato que não foi registrado no passado, é ignorado no presente e que para que o futuro seja diferente e a abolição seja acabada, exige que seja feita uma mudança radical na agenda política brasileira. No entanto, dada a atual conjuntura, sabemos quão esta mudança é difícil, mas cabe aos segmentos reivindicarem tudo que lhes falta para alcançar sua cidadania plena, o que para as mulheres negras, é um objetivo ainda muito distante de ser alcançado. Pode-se avaliar essa distância comparando o quanto outros segmentos avançaram em seus direitos, nos últimos 12 anos, com os avanços alcançados pelas mulheres negras.

As conquistas do povo em geral, das mulheres especificamente e do segmento negro da população, neste período de Governo, são inegáveis, mas nem sempre reconhecidos, porque não são divulgadas pela grande mídia, que quando o fazem é apenas no sentido de desqualificar. Já nosso Governo tem uma política de comunicação que não se comunica, deixando por conta dos opositores a tarefa de divulgação dos trabalhos. Aliás, para que um projeto como o que propomos, seja implantado, aceito e apoiado pela população, é necessário muito diálogo com os atores envolvidos, o público alvo, e os opositores. Por isso, o sistema de comunicação deficitário desenvolvido pelo Governo, até então, será uma grande dificuldade a ser superada para a implantação desta proposta. Um importante exemplo é a campanha feita pela mídia deturpando a proposta das políticas de ações afirmativas, como estas se resumissem somente às cotas, e como se as cotas fossem privilégios.

Estamos cientes das barreiras a serem enfrentadas para acelerar ascensão social e política das mulheres negras no Brasil, mas sabemos que estas não serão maiores que as enfrentadas por nossas ancestrais, para que hoje estivéssemos aqui apresentando esta proposta.

PARTE 8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros:

BRASIL. Ministério da Cultural. Fundação Cultural Palmares. Declaração de Durban e Plano de Ação da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo. Brasília, 2002

CASA DE CULTURA DA MULHER NEGRA. Violência contra a Mulher e Saúde – Um olhar da Mulher Negra. São Paulo, 2004

COSTA, Greiner; DAGNINO, Renato. Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: Novas Bases Epistemológicas para Entender o Racismo. Belo Horizonte: Marzza Edições, 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003

SAFFIOTE, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOARES, Cacília C. Moreira. Mulher Negra na Bahia no Século XIX. Salvador: EDUNEB, 2006

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. Mulheres Negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999

WERNECK, Jurema. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000

Sites:

<http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/o-racismo-institucional-e-seus-prejuizos-para-a-mulher-negra/>

APÊNDICES

Análise da situação-problema aplicando a Metodologia de Diagnóstico de Situações.

IDENTIFICAÇÃO ATORES SOCIAIS	Pessoas que atuam na situação problema. Querem alterá-la ou mantê-la?	De modo geral a maioria das pessoas que atuam na situação problema, sequer consideram sua existência.
DESCRIÇÃO DO PROCESSO DECISÓRIO	Descrição do que gerou a situação problema, e quais principais atores participantes.	Primeiro a conscientização dos negros e negras brasileiras de que sua condição social e política de subalternidade, vulnerabilidade tem além das causas gerais, causas específicas que os colocam e mantém entre os mais pobres dos pobres. Quanto às mulheres negras, foi a percepção de que as conquistas das mulheres em geral, não as contemplavam porque além do machismo, são vítimas também, do racismo. Os principais atores participantes são as ONGs de feministas negras.
CONFLITOS ABERTOS ENCOBERTOS LATENTES E	Identificação dos fatos que geraram a agenda decisória, e dos conflitos que possam ser associados.	A conscientização da mulher negra que a levou a questionar o fato de a agenda de reivindicações do movimento de mulheres não as contemplava, porque sua história de vida é antagônica à da mulher branca. E em relação ao movimento negro, porque sua agenda também não levava em consideração o fato de que muitas vezes aquele companheiro de luta era um machista e agressor. Essa condição de dupla discriminação da mulher negra é reconhecida pelas Secretarias da Mulher e de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal. Quanto aos conflitos gerados são questionamentos por parte dos movimentos envolvidos, negros e feministas que, por sua vez, gerarão questionamentos por parte dos gestores públicos.
AUMENTO DE PODER	Indicar como o ator que declara o problema pode aumentar seu poder.	O ator que declara o problema pode aumentar seu poder através do apoio das respectivas Secretarias de Governo e de articulações políticas com os demais atores.
TRIÂNGULO DE GOVERNO	Avaliação da governabilidade, da intenção de mudança, do apoio político que possui, do conhecimento que possui para resolver o problema, do ator que declara o problema.	A governabilidade vai depender da vontade política do Governo Federal. A intenção de mudança é forte porque está baseada em dados e estatísticas resultantes de vários estudos oficiais realizados nos últimos 20 anos. Quanto ao conhecimento este é resultante do acúmulo de estudos, de documentos de conferências nacionais e internacionais e da participação na elaboração de leis que os componentes do conselho possuem.

NORMAS INSTITUCIONAIS	Avaliação das dificuldades do ator que declara o problema em influenciar para mudança de leis, ou práticas costumes que influenciaram a agenda decisória.	As dificuldades são grandes no que concerne a mudanças de leis, devido ao conservadorismo do atual Congresso. Já quanto às práticas e costumes sendo a mulher negra vista com “objeto barato de consumo”, pela sociedade machista e racista, conclui-se que as dificuldades serão imensas.
COMPROMISSOS	Avaliação do ator declarante do problema em influenciar surgida em virtude de compromissos assumidos com outros atores.	O ator declarante não possui compromissos assumidos com outros atores, que possam prejudicar sua atuação.
QUID PRODEST	Quem se beneficia com a não resolução dessa situação problema?	Quem se beneficia são os machistas e racistas, e principalmente o Sistema Capitalismo.
“MAU FUNCIONAMENTO” DO ESTADO	O ator que declara o problema está sendo prejudicado? O que está intrínseco? Dominação, assimetria ou racionalidade limitada?	A subalternidade financeira, política e consequentemente social em que vive a mulher negra, a coloca sob a dominação intrínseca, dos outros segmentos da sociedade prejudicam o “poder político do ator declarante”.
REFORMA GERENCIAL	O que atrapalha a resolução do problema? Privatização, terceirização, transferências de recursos, desmobilização dos funcionários...	Não reconhecimento da existência do problema, a não transferência de recursos, a não capacitação e desmobilização de funcionários são alguns dos fatores que atrapalham a resolução do problema.
MÁQUINA PÚBLICA	Identificar nos atores envolvidos na situação problema as dificuldades e deficiências relacionadas ao modo de funcionamento da máquina pública.	Quanto mais burocrática é a máquina pública, pior é seu funcionamento, em se tratando de agendas nunca antes apresentadas, estas dificuldades são potencializadas.

A mulher negra e a mídia

Num país onde a mídia está sob o domínio das elites, nas mãos de apenas oito famílias, não surpreende que segmentos como mulheres, negros, e especialmente mulheres negras sejam os mais prejudicados por essa supremacia de poder. Representando um quarto da população brasileira as mulheres negras saíram das senzalas das casas grandes, que ocupavam no tempo da escravidão, para as senzalas da sociedade, onde se encontram hoje, excluídas dos avanços conquistados pelas mulheres, e pelo povo brasileiro, em geral.

A estratégia de anulação de segmentos que a elite não quer que ascenda socialmente, segue várias regras e uma delas é a da invisibilidade, e a da reprodução de estereótipos e preconceitos contra esses segmentos, largamente utilizada pela mídia. Estes mecanismos destroem a já baixa, autoestima de adultos, e não permitem que crianças e adolescentes tenham modelos com imagens positivas, na qual se possam espelhar. Pesquisas recentes apontam que uma criança passa, em média, cinco horas e meia assistindo televisão, e isso demonstra o potencial de influência que a mídia possui, na construção de referenciais de valores nas gerações futuras.

Usando de seu poder, transmitem programas que representam as mulheres negras sempre seguindo uma série de estereótipos como sua associação à pobreza, a empregos mal remunerados e à hiperssexualização de seus corpos. Corpos às vezes, reduzidos a apenas uma imagem nua, muda e se requebrando, passando a ideia: “venham para nosso carnaval que você poderá obter esse troféu”, como é o caso da Globeleza. E, ainda assim, não servem aquelas cujo tom de pele e feições possuem características marcantes da raça negra. Para ser Globeleza tem que seguir o padrão de beleza cujas características pré-determinadas por eles, têm que se aproximar, ao máximo possível, do padrão eurocêntrico da emissora. Caso isso não aconteça, eles se encarregam de, sutilmente, coloca-la na geladeira, como aconteceu com a jovem Nayara Justino, Globeleza do Carnaval de 2014, e que no ano seguinte, foi substituída por outra que, segundo eles, representava o padrão ideal de beleza negra, uma vez que hoje não poderiam usar uma branca pintada de preto, como no passado.

Já há algum tempo alguns movimentos sociais, principalmente os feministas e de mulheres negras, denunciam o descompromisso dos meios de comunicação, principalmente das redes sociais e das TVs, questionando a forma como a mídia apresenta as mulheres em geral, e as mulheres negras principalmente, fortalecendo a opressão sobre o gênero, raça e classe.

Conseguiram através de mídias sociais, e alguns outros veículos alternativos, quebrar minimamente essa barreira criada pela grande mídia, que impede esses movimentos de fazer chegar ao povo, suas angústias e reivindicações.

No entanto, esses movimentos sabem que é muito pouco, diante do poder que a mídia possui e que exerce em relação as mulheres negras, seguindo a máxima de Carlos Lacerda, citada no texto de Reginaldo Moraes “**Política, sociedade e meios de comunicação de massa - armadilhas e ilusões**” proposto para leitura “*O sr. X não pode ser candidato. Se for, não pode ganhar. Se ganhar, não pode governar*”. Neste caso: “*não queremos negras em nossas emissoras de TV, se não tiver jeito tem que seguir nosso padrão de beleza, se por algum motivo essa regra for quebrada, daremos um jeito de que seja novamente obedecida no ano seguinte*”.

Por tudo isso entende-se que a proposta de Regulamentação Democrática dos Meios de Comunicação, conforme o exposto no livro da Fundação Percecu Abramo, daria à mulher negra maiores oportunidades de luta pela aceleração sua ascensão social e política.

Texto Base & Dados da desigualdade

Herdamos um Estado, sempre presidido por homens brancos, em que diagnósticos generalizados geravam políticas públicas generalizadas, sem considerar que especificidades como racismo e machismo potencializam a vulnerabilidade de homens e mulheres, quando atingidos pelas desigualdades causadas pelo neoliberalismo. Até porque esses dirigentes não viam o neoliberalismo como causador de desigualdades. Segundo o Estado Herdado, ao proporcionar oportunidades iguais a todos, estavam promovendo a igualdade. Sem levar em conta que o resultado desta forma de fazer política é a manutenção ou aumento das desigualdades. Por outro lado, durante muito tempo no Movimento Negro não se abordava o machismo, e no Movimento de Mulheres não se abordava o racismo. Assim, as mulheres negras duplamente discriminadas, pouco foram beneficiadas pelas conquistas resultantes da luta desses dois movimentos. No entanto, algumas feministas negras começaram a chamar a atenção para o fato de que certas conquistas não alcançavam todas as mulheres, e que as mulheres negras continuavam na base da pirâmide social brasileira, fato apontado por todos os estudos realizados.

No atendimento à saúde, estudos comprovam que o principal problema da mulher negra continua sendo o racismo institucional que determina que mulheres negras recebam tratamento desigual, quando atendidas nos equipamentos públicos de saúde.

No mercado de trabalho as mulheres negras, por serem vítimas de dupla discriminação - de gênero e de raça, sofrem maiores taxas de desemprego, têm os rendimentos significativamente inferiores aos dos homens e mulheres brancos e, também, aos dos homens negros. Exercem, ainda, profissões de menor prestígio social, como empregadas domésticas por exemplo, onde são maioria. Já na educação acontece a mesma coisa, as mulheres negras são as que deixam a escola mais cedo, e as que possuem menos anos de estudo. De acordo com o material que recebemos para leitura, *“Trata-se da inexistência de diversos direitos, da falta de implementação de outros, e de práticas, algumas sutis e outras violentas, de discriminação”*. (Tese6 – Guia de Leitura para a Unidade de Aprendizagem 10) Renato Dagnino. *A face do Estado referida na tese anterior tem uma relação estreita com as profundas desigualdades da nossa região. Corrigi-las exige esforços persistentes e prolongados. Enquanto isso, se deve fazer todos os esforços necessários para que, com o apoio de agências estatais reformadas para servir esse propósito, se estenda ao conjunto da população os direitos de cidadania.*

Ou seja, “empoderar” os setores populares do Estado aptos a ir definindo seus próprios interesses e identidades e alargar a agenda pública, e a sensibilidade do Estado a novas demandas”. (Tese7- Guia de Leitura para a Unidade de Aprendizagem10) Renato Dagnino.

Por entender que o machismo e o racismo são fatores determinantes para a lenta ascensão social e política das mulheres negras brasileiras, e que para se mudar do Estado herdado para o Estado necessário é preciso mudar essa realidade, é que escolhemos como tema para nosso TCC, “*A lenta ascensão social e política da mulher negra no Brasil*”.

(Retratos das desigualdades de gênero e raça - 4ª edição Ipea 2011)

- ✓ Mulheres negras costumam receber em média menos tempo de atendimento médico que mulheres brancas e compõem 60% das vítimas da mortalidade materna no Brasil;
- ✓ Somente 27% das mulheres negras tiveram acompanhamento durante o parto, ao contrário dos 46,2% das mulheres brancas;
- ✓ Enquanto 62,5% das mulheres negras receberam orientações sobre a importância do aleitamento materno, 77% das mulheres brancas receberam essas orientações.
(Campanha lançada pelo Ministério da Saúde, em novembro de 2014, intitulada “SUS Sem Racismo”)
- ✓ Em 2009 a taxa de escolarização de mulheres brancas, no ensino superior é de 23,8%, enquanto, entre mulheres negras, esta taxa é de apenas 9,9%;
- ✓ Nesse mesmo ano, no ensino médio, a taxa de distorção idade-série atinge 38,2% das jovens negras, contra 24,1% das jovens brancas;
- ✓ Em 2009 a média salarial dos homens brancos era de R\$1.491,00, da mulher branca era R\$957,00, já a do homem negro era de R\$833,50 e a da mulher negra R\$544,40.

ANEXOS

1. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino. Brasília : Ipea, 2013.
2. Retratos das desigualdades de gênero e raça - 4ª edição Ipea 2011.

